


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DISTRITAL DE IBATÉ**
**VARA ÚNICA**

Rua Albano Buzo, 367, . - Jardim Mariana

CEP: 14815-000 - Ibaté - SP

Telefone: (16) 3343-2104 - E-mail: ibate@tjsp.jus.br

**SENTENÇA**

Processo nº: **0000163-77.2011.8.26.0233**  
 Classe - Assunto: **Outros Feitos Não Especificados - Assunto Principal do Processo << Nenhuma informação disponível >>**  
 Requerente: **Sorai Teresinha Vieira**  
 Requerido: **Escandinavia Veículos Ltda**

 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Wylensor Martins Soares**

Vistos.

Trata-se de embargos do devedor opostos contra a penhora *online* implementada às fls. 121/127, sob a alegação de que são valores impenhoráveis, conforme inciso IV do art. 649 do CPC.

A inicial de fls. 02/05 veio instruída com os documentos de fls. 06/16.

Os embargos foram recebidos e deferida a liminar para desbloqueio do montante (fls. 18).

Impugnação aos embargos às fls. 21/26 alegando que os valores se referem a sobras de meses anteriores e que a embargante é titular de firma individual de modo que não se pode concluir que o montante constrito refere-se a vencimentos como professora. Juntou os documentos de fls. 27/30.

Réplica às fls.32/33.

Tentou-se a composição (fls. 34/45), sem êxito.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DISTRITAL DE IBATÉ

VARA ÚNICA

Rua Albano Buzo, 367, . - Jardim Mariana

CEP: 14815-000 - Ibaté - SP

Telefone: (16) 3343-2104 - E-mail: ibate@tjsp.jus.br

**DECIDO.**

Os embargos merecem prosperar em homenagem ao princípio da menor onerosidade.

A embargante ofereceu outro bem à penhora e foi certificado às fls. 148 dos autos da execução que não houve embargos ao ato de constrição que recaiu sobre a carreta de reboque.

A decisão liminar nestes embargos verificou prontamente que o valor penhorado referia-se aos vencimentos da embargante. Assim, a regra do inciso IV do art. 649 do CPC somente poderia ser relativizada caso houvesse risco de ser frustrada a execução por manobras da embargante, o que não é o caso.

Defronte a tal panorama, ratifica-se a r. decisão liminar para assegurar vigência ao inciso IV do art. 649 do CPC.

*Ex positis*, JULGO PROCEDENTES os embargos à penhora *online* ratificando a ordem de liberação do valor constricto.

Sempre que houver a necessidade de embargos à execução, há incidência da regra geral de sucumbência (Recurso Especial nº 1019316/RS (2007/0309525-1), 1ª Turma do STJ, Rel. Luiz Fux. j. 17.03.2009, unânime, DJe 30.03.2009.)

Portanto, CONDENO o embargado ao pagamento de custas, despesas e honorários advocatícios que fixo em 10% do **valor da penhora anulada**.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DISTRITAL DE IBATÉ****VARA ÚNICA**

Rua Albano Buzo, 367, . - Jardim Mariana

CEP: 14815-000 - Ibaté - SP

Telefone: (16) 3343-2104 - E-mail: ibate@tjsp.jus.br

Houve resolução de mérito nos termos do inciso II do artigo 269 do Código de Processo Civil.

Prossiga-se a execução, intimando-se as partes para que apresentem estimativas ao valor do bem penhorado a fim de evitar-se a nomeação de perito-avaliador com ônus econômico e temporal.

PRIC.

Ibaté, 03 de fevereiro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME  
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**